



TRABALHISTA

eSOCIAL - ALTERAÇÃO NO CRONOGRAMA

Os eventos obrigatórios a partir de janeiro/2020 serão prorrogados. Adiamento abrangerá os eventos de folha de pagamento para o Grupo 3 (micro e pequenas empresas, MEI, empregadores pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos), eventos de SST para o Grupo 1 (empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões) e eventos do Grupo 4 (órgãos públicos e organizações internacionais).

Será adiado o calendário de obrigatoriedade do eSocial que estabelece o envio de eventos de folha de pagamento para o Grupo 3 (micro e pequenas empresas, MEI, empregadores pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos), eventos de Segurança e Saúde no Trabalho - SST para o Grupo 1 (empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões), bem como os eventos dos órgãos públicos e organizações internacionais.

O adiamento acontecerá em razão de mudanças decorrentes da simplificação do eSocial que estão em andamento, bem como a adequação à Medida Provisória nº 905/2019 – Emprego Verde e Amarelo.

As novas datas de obrigatoriedade serão definidas e divulgadas por meio de portaria específica a ser publicada em breve.

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) – EXTINÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DE 10%

Publicada no DOU de 12.12.2019 e retificado no D.O.U. 12.12.2019 - Edição extra, a LEI Nº 13.932, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019, de conversão da Medida Provisória nº 889, de 2019.

A nova Lei altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, e as Leis nos 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.019, de 11 de abril de 1990, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000, para instituir a modalidade de saque-aniversário no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, dispor sobre a movimentação das contas do Programa de

Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e sobre a devolução de recursos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), alterar disposições sobre as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

Destacamos que a Lei altera o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, extinguindo a cobrança da contribuição de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, que não mais será devida a partir de 1º de janeiro de 2020.

FÉRIAS COLETIVAS

O SICEPOT-MG entrará em férias coletivas no período de **26/12 à 14/01**. O expediente retorna ao normal no **dia 15/01**.

SETOR JURÍDICO - RESPONSÁVEL: SANTIAGO E FERREIRA PINTO ADVOGADOS

Advogados: Murilo Carvalho Santiago, Luciana Guedes Ferreira Pinto e Wellington Alves Rocha

Secretária: Sílvia Sales

Av. Barão Homem de Melo, 3.090 - BH/MG - Estoril - BH/MG

Tel. (31) 2121-0438 - <http://www.sicepot-mg.com.br> - juridico@sicepotmg.com

Siga-nos nas redes sociais



Facebook



Instagram



LinkedIn



CALENDÁRIO OFICIAL 2020

MUNICÍPIOS DE BELO HORIZONTE, BETIM E CONTAGEM

MÊS	DIA	FERIADO	MOTIVO	BH	BETIM	CONTAGEM
Janeiro	1º Quarta-Feira	Nacional	Confraternização Universal	X	X	X
Abril	03 Sexta-Feira	Municipal	Nossa Senhora das Dores			X
Abril	10 Sexta-Feira	Municipal	Sexta-Feira da Paixão	X	X	X
Abril	21 Terça-Feira	Estadual	Dia do Estado	X	X	X
Abril	21 Terça-Feira	Nacional	Tiradentes	X	X	X
Maiο	1º Sexta-Feira	Nacional	Dia do Trabalho	X	X	X
Junho	11 Quinta-Feira	Municipal	Corpus Christi	X	X	X
Julho	16 Quinta-Feira	Municipal	Nossa Senhora do Carmo		X	
Agosto	15 Sábado	Municipal	Assunção de Nossa Senhora	X		
Setembro	07 Segunda-Feira	Nacional	Independência do Brasil	X	X	X
Outubro	12 Segunda-Feira	Nacional	Nossa Senhora Aparecida	X	X	X
Novembro	02 Segunda-Feira	Nacional	Finados	X	X	X
Novembro	15 Domingo	Nacional	Proclamação da República	X	X	X
Novembro	20 Sexta-Feira	Municipal	Dia da Consciência Negra		X	X
Dezembro	08 Terça-Feira	Municipal	Imaculada Conceição	X		
Dezembro	25 Sexta-Feira	Nacional	Natal	X	X	X

- Feriado não se confunde com ponto facultativo (aplicável aos funcionários públicos) ou com o horário de funcionamento do comércio.
- O Carnaval não é feriado.

ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019, Presidente da República (DOU1 11.12.19) - Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.

Medida Provisória nº 906, de 19 de novembro de 2019, Presidente da República (DOU1 20.11.2019) - Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Em Municípios com mais de vinte mil habitantes e

em todos aqueles que integrem regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico e aglomerações urbanas com população total superior a um milhão de habitantes, deverá ser elaborado e aprovado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os seus planos diretores e, quando couber, com os planos de desenvolvimento urbano integrado e com os planos metropolitanos de transporte e mobilidade urbana. O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser elaborado e aprovado até 12 de abril de 2021.

Lei Complementar nº 169, de 2 de dezembro de 2019, Presidente da República (DOU1 03.12.19) - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para autorizar a

SETOR JURÍDICO - RESPONSÁVEL: SANTIAGO E FERREIRA PINTO ADVOGADOS

Advogados: Murilo Carvalho Santiago, Luciana Guedes Ferreira Pinto e Wellington Alves Rocha

Secretária: Sílvia Sales

Av. Barão Homem de Melo, 3.090 - BH/MG - Estoril - BH/MG

Tel. (31) 2121-0438 - <http://www.sicepot-mg.com.br> - juridico@sicepotmg.com

Siga-nos nas redes sociais



Facebook



Instagram



LinkedIn



constituição de sociedade de garantia solidária e de sociedade de contragarantia.

Portaria nº 11.956, de 27 de novembro de 2019, Procurador-Geral da Fazenda Nacional (DOU 29.11.19) - Regulamenta a transação na cobrança da dívida ativa da União.

Instrução Normativa nº 1.914, de 26 de novembro de 2019, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (DOU 27.11.19) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Instrução Normativa nº 1.915, de 27 de novembro de 2019, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (DOU 28.11.19) - Dispõe sobre a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte relativa ao ano-calendário de 2019 e a situações especiais ocorridas em 2020 (Dirf 2020) e sobre o Programa Gerador da Dirf 2020 (PGD Dirf 2020).

Resolução nº 150, de 3 de dezembro de 2019, Comitê Gestor do Simples Nacional (DOU 06.12.19) - Altera a Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Ato Declaratório Executivo nº 65, de 29 de novembro de 2019, SRFB, Subsecretaria de Fiscalização, Coordenador-Geral de Fiscalização (DOU 12.12.19) - Dispõe sobre o leiaute do Programa Gerador da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (PGD Dirf 2020).

Ato Declaratório Executivo nº 64, de 25 de novembro de 2019, Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil, Subsecretaria de Fiscalização Coordenação-Geral de Fiscalização (DOU 26.11.19) - Dispõe sobre o Manual de Orientação do Leiaute 8 da Escrituração Contábil Digital (ECD).

Recomendação nº 8, de 11 de dezembro de 2019, Comitê Gestor do Simples Nacional (DOU 12.12.19) - Recomenda à Secretaria-Executiva do CGSN e ao Grupo Técnico GT-14 do CGSN a proposição de critérios para permissão ou vedação de ocupações ao Microempreendedor Individual (MEI), bem como a revisão do Anexo XI da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018.

AMBIENTAL

Instrução Normativa nº 26, de 6 de dezembro de 2019, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (DOU 09.12.19) - Institui o Sistema de Gestão do Licenciamento Ambiental Federal - SisG-LAF.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Portaria nº 1.360, de 9 de dezembro de 2019, Secretário Especial de Previdência e Trabalho (DOU 10.12.19) - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis, altera o Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28 - Fiscalização e Penalidades e dá outras providências

Portaria nº 1.359, de 9 de dezembro de 2019, Secretário Especial de Previdência e Trabalho (DOU 11.12.19) - Aprova o Anexo 3 - Calor - da Norma Regulamentadora nº 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, altera o Anexo nº 3 - Limites de Tolerância para Exposição ao Calor - da Norma Regulamentadora nº 15 - Atividades e Operações Insalubres e o Anexo II da NR nº 28 - Fiscalização e Penalidades, e dá outras providências.

Portaria nº 1.358, de 9 de dezembro de 2019, Secretário Especial de Previdência e Trabalho (DOU 10.12.19) - Altera os itens 9.2 e 14.3 do Anexo nº 2 (exposição ocupacional ao benzeno em postos revendedores de combustíveis) da Norma Regulamentadora nº 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, o Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28 - Fiscalização e Penalidades e dá outras providências.

Portaria nº 1.357, de 9 de dezembro de 2019, Secretário Especial de Previdência e Trabalho (DOU 10.12.19) - Aprova inclusão do subitem 16.6.1.1 na Norma Regulamentadora nº 16 - Atividades e Operações Perigosas.

PREVIDENCIÁRIO - FAP

Portaria nº 1.320, de 26 de novembro de 2019 (DOU 27.11.2019) - O Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Portaria GME nº 117, de 26 de março de 2019, publicada no DOU de 27 de março de 2019, seção 1, página 9, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de

SETOR JURÍDICO - RESPONSÁVEL: SANTIAGO E FERREIRA PINTO ADVOGADOS

Advogados: Murilo Carvalho Santiago, Luciana Guedes Ferreira Pinto e Wellington Alves Rocha

Secretária: Sílvia Sales

Av. Barão Homem de Melo, 3.090 - BH/MG - Estoril - BH/MG

Tel. (31) 2121-0438 - <http://www.sicepot-mg.com.br> - juridico@sicepotmg.com

Siga-nos nas redes sociais



Facebook



Instagram



LinkedIn



julho de 1991; no art. 10 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, no inciso II do art. 126 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991; no art. 202-A, § 5º, e 202- B, ambos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1.999, e nas Resoluções do MF/CNP nºs 1.329, de 25 de abril de 2017 e 1.335, de 18 de dezembro de 2017 - (Processo nº 10128.110123/2019-93), resolve alterar o período constante do § 4º do art. 3º da Portaria SEPRT nº 1.079, de 25 de setembro de 2019, publicada no DOU de 26/9/2019, seção 1, página 43/51, que dispõe sobre a publicação dos róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, calculados em 2019, e sobre a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP em 2019, com vigência para o ano de 2020, e dispõe sobre o julgamento de contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuído, que passará a ser de 01 de novembro de 2019 a 13 de dezembro de 2019.

PREVIDENCIÁRIO/TRABALHISTA

Resolução nº 848, de 5 de dezembro de 2019, Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT (DOU1 06.12.19) - Altera as Resoluções nº 721, de 30 de outubro de 2013, e nºs 825 e 829, ambas de 26 de março de 2019, que, respectivamente, estabelece critérios para distribuição de recursos da ação "Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa Seguro-Desemprego no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE"; regulamenta procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT a fundos de trabalho de Estados e Municípios; e aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2019 entre as modalidades no âmbito do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL, e dá outras providências.

Resolução nº 847, de 28 de novembro de 2019, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT (DOU1 29.11.19) - Altera a Resolução nº 467, de 21 de dezembro de 2005, a Resolução nº 754, de 26 de agosto de 2015, e a Resolução nº 759, de 9 de março de 2016, que tratam de critérios e procedimentos para habilitação, concessão e pagamento do benefício seguro-desemprego.

Resolução nº 846, de 28 de novembro de 2019, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao

Trabalhador – CODEFAT (DOU1 29.11.19) - Autoriza a utilização de saldos de recursos de ações orçamentárias do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, relativos a despesas discricionárias, para aproveitamento na ação "20JT - Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine" e dá outras providências.

Resolução nº 844, de 28 de novembro de 2019, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT (DOU1 29.11.19) - Altera a Resolução nº 826, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para o compartilhamento do banco de dados do Sistema Nacional de Emprego - SINE com pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, incluindo sociedades empresárias (empresas), associações, entidades filantrópicas e entidades sindicais que exerçam atividades de intermediação de mão de obra.

Resolução nº 843, de 28 de novembro de 2019, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT (DOU1 29.11.19) - Altera a ementa e dispositivos da Resolução nº 825, de 26 de março de 2019, que regulamenta procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT aos respectivos fundos do trabalho dos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 12 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018.

Circular nº 881, de 12 de dezembro de 2019, Caixa Econômica Federal (DOU1 13.12.19) - Publica a versão 6 do Manual FGTS - Movimentação da Conta Vinculada como instrumento disciplinador do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Circular nº 882, de 5 de dezembro de 2019, Caixa Econômica Federal (DOU1 09.12.19) - Divulga a versão 9 do Manual de Orientações Regularidade Empregador que dispõe sobre os procedimentos relativos à regularidade com o FGTS, a concessão do CRF, o parcelamento de débitos de contribuições devidas ao FGTS, o parcelamento de débitos de CS, a regularização de débitos dos empregadores por meio da Guia de Regularização de Débitos do FGTS GRDE e a regularização do débito protestado. O referido Manual encontra-se disponível no sítio da CAIXA, www.caixa.gov.br, opção downloads FGTS Manuais e Cartilhas Operacionais. Fica revogada a Circular CAIXA nº 853, publicada em 06 de maio de 2019, Edição 85, Seção 01, Página 24, no Diário Oficial da União.





LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Decreto nº 47.776, de 4 de dezembro de 2019, Governador do Estado de Minas Gerais (DOE-MG 05.12.19) - Institui o Programa Estadual de Desburocratização – Minas Livre Para Crescer – MLPC.

Decreto nº 47.764, de 20 de novembro de 2019, Governador do Estado de Minas Gerais (DOE-MG 21.11.19) - Altera o Regulamento das Taxas Estaduais – RTE –, aprovado pelo Decreto nº 38.886, de 1º de julho de 1997.

Decreto nº 47.772, de 2 de dezembro de 2019, Governador do Estado de Minas Gerais (DOE-MG 03.12.19) - Cria o Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais e dá outras providências.

Lei nº 23.479, de 6 de dezembro de 2019, Governador do Estado de Minas Gerais (DOE-MG 07.12.19) - Altera a Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências

Resolução nº 5324, de 3 de dezembro de 2019, Secretário de Estado de Fazenda (DOE-MG 04.12.19) - Altera a Resolução nº 5.051, de 31 de outubro de 2017, que disciplina os procedimentos

necessários à aplicação do desconto sobre o saldo devedor do ICMS de que trata o incentivo à pontualidade do imposto, previsto no Capítulo III do Título III do Regulamento do ICMS – RICMS –, aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto no art. 91-C do Regulamento do ICMS – RICMS –, aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002. Para o contribuinte que apura o ICMS a partir de informações registradas na Escrituração Fiscal Digital – EFD –, o lançamento no código de ajuste de apuração MG040005 nos registros E111 ou 1921 será equivalente à anuência ao termo de responsabilidade de que trata o inciso I do caput.

Resolução nº 5.323, de 2 de dezembro de 2019 (DOE-MG 03.12.19 – Retificada 04.12.19) - Estabelece os valores de base de cálculo, os valores do IPVA e os prazos de pagamento do imposto relativos aos fatos geradores ocorridos no dia 1º de janeiro de 2020, para veículo rodoviário usado.

Deliberação Normativa nº 236, de 02 de dezembro de 2019, Conselho Estadual de Política Ambiental (DOE-MG 04.12.19) - Regulamenta o disposto na alínea "m" do inciso III do art. 3º da Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, para estabelecer demais atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental para fins de intervenção em área de preservação permanente e dá outras providências.



SETOR JURÍDICO - RESPONSÁVEL: SANTIAGO E FERREIRA PINTO ADVOGADOS

Advogados: Murilo Carvalho Santiago, Luciana Guedes Ferreira Pinto e Wellington Alves Rocha

Secretária: Sílvia Sales

Av. Barão Homem de Melo, 3.090 - BH/MG - Estoril - BH/MG

Tel. (31) 2121-0438 - <http://www.sicepot-mg.com.br> - juridico@sicepotmg.com

Siga-nos nas redes sociais



Facebook



Instagram



LinkedIn